

**ARETHA FAGUNDES DE OLIVEIRA  
SIMONE MORAES DA GAMA**

**A INCLUSÃO DO NEGRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DOM BOSCO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL  
CAMPO GRANDE  
NOVEMBRO/2008**

**ARETHA FAGUNDES DE OLIVEIRA  
SIMONE MORAES DA GAMA**

**A INCLUSÃO DO NEGRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DOM BOSCO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Católica Dom Bosco/ Centro de  
Ciências Sociais Aplicadas/ Curso de Serviço  
Social, como exigência parcial para obtenção  
do grau de bacharel em Serviço Social, sob a  
orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariluce Bittar.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL  
CAMPO GRANDE  
NOVEMBRO/2008**

**ARETHA FAGUNDES DE OLIVEIRA  
SIMONE MORAES DA GAMA**

**A INCLUSÃO DO NEGRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DOM BOSCO**

**COMISSÃO JULGADORA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Presidente e  
Orientador \_\_\_\_\_

Examinador (a) \_\_\_\_\_

Examinador (a) \_\_\_\_\_

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais, Neuza e Clovis, que me deram apoio; às minhas irmãs Ariane e Aline e a minha amiga e companheira de TCC Simone que é como uma irmã para mim.

**Aretha Fagundes de Oliveira**

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso ao meu marido, que sempre me deu apoio e força para eu não desistir; ao meu filho Henrique, o mais novo integrante da família; aos meus sobrinhos Alessa e José Fernando, que são como filhos para mim; à minha amiga e companheira de TCC Aretha e a minha amiga Andressa, que me ajudaram muito nesse trajeto.

**Simone Moraes da Gama**

## **AGRADECIMENTOS**

Á Deus em primeiro lugar pela vida e saúde que pode proporcionar este momento.

Aos meus pais, Neuza e Clovis que me ajudaram e me deram apoio para a conclusão do curso.

Às minhas irmãs Aline e Ariane que não mediram esforços para me ajudar.

Á professora Mariluce Bittar que me aceitou na pesquisa, e pela sua paciência comigo.

Aos integrantes do GEPPEs, grupo de pesquisa ao qual faço parte em especial à mestranda Wanilda Coelho Soares de Moraes que nos deu suporte na pesquisa

Às minhas amigas Simone, Ana Maria, Débora Fernandes, Rosenir e Débora Juliana que acompanharam a minha trajetória na Universidade.

Á minha amigona Simone Moraes da Gama que sempre me deu apoio em tudo o que eu fizesse e também por me agüentar nos momentos mais difíceis e nunca desistiu de nossa amizade.

Às acadêmicas, que gentilmente concederam a entrevista

Aretha Fagundes de Oliveira

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por estar presente em cada momento da minha vida;

Ao meu marido, por sempre estar ao meu lado;

À professora e orientadora deste trabalho, Mariluce Bittar, uma pessoa especial em minha vida, que me ensinou coisas que eu nunca pensei ser capaz de aprender, e me mostrou que tudo é possível;

À Coordenadora do curso de Serviço Social, Leda Mara Bertoloto, que muitas vezes me ajudou a seguir em frente com suas palavras de carinho;

À minha amiga Aretha Fagundes de Oliveira, que sempre esteve ao meu lado nesta trajetória, me ajudando a passar por alguns momentos difíceis;

À minha amiga pra todas as horas, Andressa Zanella de Moraes, que sempre me deu apoio.

Às minhas amigas Ana Maria, Carol, Leila e Suellen, companheiras de muitos trabalhos feitos durante estes últimos quatro anos;

Aos integrantes do GEPPEs, grupo de pesquisa ao qual faço parte;

À Wanilda Coelho Soares de Moraes, que nos ajudou e deu suporte na pesquisa;

Às acadêmicas, que gentilmente concederam a entrevista;

Simone Moraes da Gama

A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês pode se tornar uma médica, que o filho de um mineiro pode se tornar o diretor da mina, que uma criança de peões de fazenda pode se tornar o presidente de um país.

**Nelson Mandela.**



GAMA, Simone Moraes; OLIVEIRA, Aretha Fagundes. **A INCLUSÃO DO NEGRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO.** Campo Grande/MS, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel). Universidade Católica Dom Bosco.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado das pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior – GEPPE, da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, e vincula-se ao Projeto Integrado “Políticas de Cotas para Negros na Educação Superior – estratégia de acesso e permanência?”. A pesquisa se caracterizou por uma abordagem qualitativa na qual se pretendeu entender quais as dificuldades de permanência encontradas pelos alunos oriundos do Instituto Luther King que hoje são acadêmicos de diversos cursos na Universidade Católica Dom Bosco, e quais as ações da Universidade para contribuir com essa permanência. A análise desenvolveu-se com base em entrevistas que foram realizadas com os referidos alunos e com a ex-coordenadora do Instituto Luther King; posteriormente categorizamos os resultados para melhor compreensão e análise dos dados. A fim de conferir sustentabilidade teórica foram realizadas pesquisas bibliográficas na literatura sobre a temática. A pesquisa demonstrou que mesmo com a bolsa de estudos - que é parcial, os alunos se vêem obrigados a trabalhar para custear outras despesas - como o restante da mensalidade, e enfrentam grandes dificuldades para adquirirem materiais didáticos e pedagógicos, como livros, fotocópias, e acesso a internet. Conclui-se que as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos oriundos do Instituto têm relação direta com o fator socioeconômico e que, sem a bolsa de estudos, os alunos não estariam na Universidade

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas; Acesso e Permanência; Educação Superior; Serviço Social.

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela I - Cursos no Brasil com menor proporção de negros e pardos em % no ano de 2003 .....                 | 23 |
| Tabela II - Cursos com maior proporção de negros e pardos em % no ano de 2003.....                           | 23 |
| Tabela III - Alunos atendidos X Alunos aprovados - Instituto Luther King 2003-2007 .....                     | 28 |
| Tabela IV - Estudantes da UFBA X População do Estado da Bahia.....   | 34 |
| Tabela V - Classes sócio-econômicas brasileiras e o perfil dos estudantes de graduação das IFES (2003) ..... | 35 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CEBA - Centro de Estudos Brasil África

GEPPEs - Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Educação Superior

IFES - Instituições Federais de Educação Superior

ILK – Instituto Luther King

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONG – Organização Não Governamental

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>13</b> |
| <b>CAPÍTULO I - A INCLUSÃO DO NEGRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>                                       | <b>15</b> |
| 1.1. Institucionalização das Ações Afirmativas na educação superior no Brasil.....                      | 15        |
| 1.2. Acesso e permanência na educação superior. ....  | 22        |
| <b>CAPÍTULO II - OS ALUNOS DO INSTITUTO LUTHER KING E A<br/>EDUCAÇÃO SUPERIOR .....</b>                 | <b>26</b> |
| 2.1. Cursos preparatórios para o acesso à educação superior – o Instituto Luther<br>King.....           | 26        |
| 2.2. A Universidade Católica Dom Bosco e o Instituto Luther King .....                                  | 29        |
| 2.3. O aluno do Instituto Luther King e as dificuldades para a permanência na<br>educação superior..... | 31        |
| 2.4. Contribuição da UCDB para a permanência do aluno oriundo do Instituto<br>Luther King. ....         | 37        |
| 2.5. A relação do Serviço Social com as ações afirmativas .....   | 39        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>44</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>47</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>51</b> |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso apresenta como tema: A Inclusão do Negro na Educação Superior: acesso e permanência na Universidade Católica Dom Bosco. Seus objetivos consistem em: a) Investigar o processo de acesso e permanência na educação superior, especificamente dos alunos oriundos do Instituto Luther King; b) Identificar as dificuldades encontradas pelos alunos do Instituto para permanecerem na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB; c) Verificar quais são as medidas adotadas pela UCDB para contribuir com a permanência desses alunos.

O trabalho está em consonância com o Projeto Integrado de Pesquisa, denominado “Política de Cotas para Negros na Educação Superior – Estratégias de Acesso e Permanência?”, coordenado e orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariluce Bittar, da Universidade Católica Dom Bosco- UCDB.

O tema foi escolhido, pois está vinculado ao Plano de Trabalho do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC realizado pelas autoras, no período de agosto de 2007 a julho de 2008. Além disso, este TCC enfatizará a análise da inserção do negro na educação superior, pois esta temática constitui-se em uma nova questão para o Serviço Social.

Entende-se que esta é uma questão de cunho social, pois analisa assuntos inerentes à conquista da cidadania, incluindo o direito à educação superior, e que deve ser mais aprofundada pela prática do Assistente Social. O fato de o curso de Serviço Social ter poucos trabalhos com esta temática e a necessidade de pesquisas com este enfoque foi um fator determinante para a nossa escolha.

A respeito dessa mesma temática, encontramos os Trabalhos de Conclusão de Curso de Aparecida Queiroz Zacarias e Suzanir Fernanda Maia, que analisaram o PROUNI e as Ações Afirmativas no âmbito da UCDB, na perspectiva de uma Universidade Comunitária. Há também o Trabalho de Conclusão de Curso de Sandra Mara Martins, que realizou sua pesquisa com a comunidade São Benedito - uma comunidade negra histórica de Campo Grande. Neste TCC a autora abordou a experiência do Projeto Negra Eva e sua importância no acesso, manutenção e permanência de negros na educação superior; analisou também a discriminação racial como uma nova questão para o Serviço Social. Com relação à percepção de alunos cotistas e professores sobre a implementação da política de cotas na Universidade

Estadual de Mato Grosso do Sul, lemos e indicamos a Dissertação de Mestrado em Educação de Luciane Andreatta de Castro.<sup>1</sup>

Com relação ao procedimento metodológico, primeiramente buscou-se a lista de alunos do Instituto Luther King que estão cursando graduação na UCDB como bolsistas. O passo seguinte foi identificar em que cursos estes alunos estavam inseridos e, dada à identificação, foi aplicado um questionário com base na abordagem qualitativa somente aos acadêmicos que se auto-intitulavam afro-descendentes. As análises foram feitas de acordo com as respostas dos alunos entrevistados, da ex-coordenadora do Instituto e baseadas na fundamentação teórica.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo conceituou-se o processo de discriminação sofrido pelo negro e o desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. Buscou-se também demonstrar os processos de acesso e permanência na educação superior desde a implantação dos projetos de lei devidamente implantados em Universidades brasileiras.

No segundo capítulo abordou-se o curso preparatório para acesso à educação superior do Instituto Luther King – ILK e como ocorreu a parceria entre o ILK e a UCDB para inserção dos alunos nos cursos de graduação desta última. Na sequência foram discutidas as dificuldades para a permanência dos alunos provenientes do Instituto na graduação e qual a contribuição da UCDB para essa permanência. Para finalizar foi tratada a relação do Serviço Social frente as políticas sociais que se referem à inserção de minorias.

Entendemos que este Trabalho de Conclusão de Curso vem somar aos estudos desenvolvidos nesta temática, especialmente na UCDB, a primeira Instituição de Educação Superior de Mato Grosso do Sul a introduzir, oficialmente, os estudos étnico-raciais como problemática de pesquisa.

---

<sup>1</sup> Todos esses trabalhos científicos foram orientados pela Professora Doutora Mariluce Bittar, no âmbito dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior – GEPPES. É curioso notar que todos eles foram de autoria de estudantes do Curso de Serviço Social, em fase de conclusão, e de profissionais do Serviço Social. No caso de Suzanir Fernanda Maia, por exemplo, além de ter desenvolvido seu TCC nessa temática, continua seus estudos, em fase de maior aprofundamento no Programa de Mestrado em Educação da UCDB, com a mesma orientadora.

## CAPÍTULO I

### A INCLUSÃO DO NEGRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

#### CAPÍTULO I - A INCLUSÃO DO NEGRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nesse capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa que teve por objetivo evidenciar o processo de discriminação racial, a luta do negro na sociedade contra o racismo e a discriminação, bem como sua busca pela inclusão no meio universitário, tratando do processo de acesso e permanência na educação superior.

##### **1.1. Institucionalização das Ações Afirmativas na educação superior no Brasil.**

Ao longo dos tempos, muitos antropólogos e sociólogos pesquisaram para classificar as chamadas “raças” (negros, índios, brancos...) por meio das características pessoais. Esses mesmos pesquisadores foram construindo esses segmentos raciais, predominantes por muito tempo na sociedade brasileira. Apenas no final do século passado é que as novas teorias raciais chegam ao Brasil, colocando em xeque a idéia de que o Brasil era um país de grande mestiçagem, convivendo com o mito da democracia racial. (Queiroz, 2004)

Porém, com a postura de que o “processo evolucionista do embranquecimento” era algo “natural” o branco assume definitivamente superioridade no critério cor, sendo associado ao critério *status* sócio-econômico e a discussão da divisão de classes. Para Queiroz (2004, p. 24) esse sistema obedece a *gradações de prestígio* em que a “cor” é contaminada por outros atores discriminadores, tais como renda, origem familiar, educação, que atuam empurrando o indivíduo para um ou outro pólo da dicotomia “*branco/preto*”.

A discriminação racial no Brasil vem desde os tempos do descobrimento, e a resistência negra no Brasil é contemporânea com a vinda dos primeiros escravos. Posteriormente a esse período, houve uma resistência organizada – Revolta dos Malês, na Bahia; a instituição da República de Palmares na Serra da Barriga, em Alagoas, reduto que

durou até 1695, com a morte de Zumbi. Por volta da década de 1940, organizou-se a chamada Frente Negra de combate ao racismo. Nos períodos ditatoriais pelos quais passou o Brasil, houve grande resistência ao Movimento Negro. Sob alegação de infringência à Segurança Nacional, esses governos taxavam esse movimento social de subversivo, equiparando-os, pelo menos no tratamento, à ideologia comunista. (BITTAR et al, 2005)

Com a abertura democrática, o movimento negro organizou-se melhor e tem conseguido avanços significativos. Segundo Nascimento (2007) diversas organizações e movimentos sociais da sociedade civil, impulsionados pela chamada Constituição Cidadã de 1988 e pela luta contra o Neoliberalismo, passaram a exigir do Estado políticas de democratização da educação, de melhoria salarial, de meio ambiente, para jovens, mulheres, deficientes, etc.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) a questão racial adquire maior destaque. Em 1995 aconteceu a marcha que homenageou os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, líder do maior movimento negro no Brasil. Intitulada “Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela cidadania e a vida”, o evento marcou o movimento Negro no Brasil, e se tornou referência quando questionou as políticas de ações afirmativas, significando uma mudança de atuação dos movimentos sociais contra o racismo, passando de um movimento de denúncia para um movimento de proposição de políticas públicas para a igualdade racial. No ano seguinte aconteceu o seminário internacional “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos contemporâneos”, organizado pelo Ministério da Justiça, e tinha como principal objetivo acumular subsídios para formular políticas públicas para a população negra. (NASCIMENTO, 2007)

Ainda nesse mesmo governo a questão racial obteve várias conquistas: a Serra da Barriga foi tombada como patrimônio histórico nacional e Zumbi dos Palmares foi reconhecido como herói; os Ministérios de Desenvolvimento Agrário, de Justiça e de Relações Exteriores puseram em prática ações afirmativas destinadas a negros. (BITTAR et al, 2005, p.9).

Dessa luta histórica é que hoje, mesmo com resistência de alguns setores da sociedade, não é mais possível negar que o racismo é uma questão presente na realidade concreta e que são necessárias as políticas públicas chamadas de ação afirmativa – políticas específicas de promoção de igualdade de oportunidades e de condições concretas de participação na sociedade. (NASCIMENTO, 2007).



No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a questão racial ganha um novo e grande impulso. Sem desativar os programas postos em prática por Fernando Henrique Cardoso, Lula criou uma Secretaria para a questão racial, com *status* de Ministério e, ao mesmo tempo, teve a atitude de indicar o primeiro ministro negro da história do Brasil, para integrar o Supremo Tribunal Federal do país.

Mesmo assim, a discriminação racial é forte no Brasil, com repercussões negativas na vida cotidiana da população negra.

[...] um homem negro na região metropolitana de São Paulo recebe 50,6% do rendimento médio mensal de um homem não negro. A situação da mulher negra é mais dramática. Ela recebe 33,6% do rendimento médio mensal de um homem não negro. A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo é de 16,1% para os não-negros e 22,7% para os negros. (DOMINGUES, 2005, p. 165)

A população negra brasileira ainda é em sua maioria pobre e de baixa escolaridade, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, publicados no Jornal de Brasília:

O rendimento médio per capita de negros é de 1,15 salários mínimos, já o de brancos é de 2,64. A taxa de alfabetização de brancos é de 92,3%, enquanto a de negros é de 81,8%. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra, entre 1999 e 2001, apresentou evolução de 0,691 para 0,712; entre os brancos subiu de 0,805 para 0,820. O Brasil ocupou o 65º lugar no ranking do IDH de 2001, os brancos ficaram 19 posições acima da colocação brasileira, já os negros, 42 posições abaixo. Dos 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha pobreza, 70% são negros. Entre os 53 milhões de pobres do País, 63% são negros. (JORNAL DE BRASÍLIA, 25/09/2006).

De acordo com o Domingues (2005) o preconceito racial se apresenta de outras formas. A expectativa de vida do brasileiro gira em torno de 64 anos para homens e 70 para mulheres, mas 63% dos homens e 40% das mulheres negras morrem antes de completar 50 anos. A causa da morte também é bem diferente: brancos morrem do coração e negros morrem por homicídio. Em relação às vítimas de violência policial, aproximadamente 54% eram negros, 94% eram homens, 57% não tinham antecedentes criminais e 44% tinha idade entre 18 e 25 anos.

Em matéria da Folha de São Paulo que mostra que existem apenas 3,5% de negros ocupando cargos de nível executivo, José Vicente, presidente da ONG Afrobras e reitor da Unipalmars (Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares), afirma:

Eis o resumo da história desde a Lei Áurea, que depois de amanhã completa 120 anos. Mantivemos intacta uma estrutura excludente e discriminatória com base na cor da pele. O topo da hierarquia das firmas não é diferente de

outros lugares de prestígio e status na nossa sociedade, (GODOY, 2008).

Dentre as bandeiras de luta da maioria dos movimentos anti-raciais, tanto no Brasil como no mundo, destaca-se o direito à educação,

[...] ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir destes reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano. (GONÇALVES, 2000, p. 337)

Independente da classe social, a cor exerce forte influência na condição do desenvolvimento e aprendizado das crianças.

As pesquisas sobre acesso e permanência no sistema educacional mostram que há uma forte correlação entre o desempenho escolar e nível socioeconômico dos alunos, mas a criança negra, mesmo que de origem idêntica à da criança branca, e freqüentando o mesmo tipo de escola, exibe um desempenho pior que esta, porque a escola institui práticas e desenvolve mecanismos que têm um forte componente de discriminação racial (QUEIROZ, 2004, p. 64)

Porém, mesmo a educação sendo uma das principais bandeiras de luta dos movimentos de resistência negra, Reis (2007) afirma que as oportunidades entre negros e brancos nunca se deram de forma igualitária e tem acontecido de forma desigual e, atualmente, é no espaço acadêmico que essas diferenças se expressam com maior intensidade.

De acordo com Brandão (2005), a idéia de ação afirmativa nasceu nos Estados Unidos, em 1941, com o presidente Franklin Roosevelt, no contexto de muitas lutas para o fim da discriminação racial. Porém a expressão foi popularizada por outro presidente dos Estados Unidos.

O termo 'ação afirmativa' foi criado pelo presidente americano John F. Kennedy, em 1961, instalando assim a Comissão por Oportunidades Iguais de Emprego, mas somente foi incorporado com o movimento negro liderado por Martin Luther King alguns anos mais tarde. (BRANDÃO, 2005, p.6)

Mas a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos.

Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando se freqüentemente a expressão ação ou discriminação positiva. Em 1982, a discriminação positiva foi inserida no primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades da Comunidade Econômica Européia (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 1996, P. 19).

O termo ação afirmativa chega ao Brasil carregado de uma diversidade de sentidos, o que em grande parte reflete os debates e experiências históricas dos países em que foram desenvolvidas.

No Brasil, o termo ação afirmativa ainda é muito recente e desconhecido para grande parte dos brasileiros, tanto em termos de concepção quanto em suas múltiplas formas de implementação. O que pretendemos demonstrar é que existe uma cegueira racial que impede, ou dificulta, uma discussão profunda sobre as relações raciais brasileiras e, mais que isso, inibe ou tenta impedir a implementação de políticas públicas com base na raça. Essa situação se agrava se não temos um sólido campo de discussão sobre as ações afirmativas na esfera científica. (REIS, 2007. p.50)

Piovesan complementa, afirmando que:

Ações afirmativas constituem-se como medidas especiais e temporárias que buscam compensar um passado discriminatório, ao passo que objetivam acelerar o processo de igualdade com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis como as minorias étnicas e raciais. [...] Vale salientar ainda que o princípio da ação afirmativa encontra seu fundamento, ao contrário do que pensa ou prega, na reiteração do mérito individual e da igualdade de oportunidades como valores supremos. (2005. p.50)

Quantos aos aspectos sócio-jurídicos e normativos há um verdadeiro arsenal de princípios e regras, que exemplificam ou respaldam a adoção de ações afirmativas no Brasil: a) Constituição Federal de 1988; que assegura o direito de igualdade entre todos sem distinção de qualquer natureza; b) Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. adotada em 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul; o evento teve o objetivo de chamar a atenção do mundo para o compromisso político de eliminar todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; c) Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003; que alterou a Lei n.º 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996; estabelece-se na lei que todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Segundo Joaquim Barbosa Gomes, Ministro do Supremo Tribunal Federal o fundamento das ações afirmativas é a busca da implementação efetiva da igualdade, ou seja, deixar de lado a igualdade formal e buscar a igualdade material efetiva.

Trata-se de uma luta que, apesar de sua natureza reformista, tem um caráter democratizante, que educa ou mobiliza politicamente os negros e, sobretudo, coloca em xeque a secular opressão racial deste país (DOMINGUES, 2005, p. 168)

Para o Ministro a introdução da política de ações afirmativas, representa na essência a mudança do Estado em relação de que todos somos iguais, passando a considerar que não somos iguais e que as políticas de ação afirmativa passa a levar em conta a raça, a cor, a origem nacional e sexo.

[...] ao invés de conceber políticas públicas das quais todos seriam beneficiários, independentemente de sua raça, cor ou sexo, o Estado passa a levar em conta esse fatores na implementação das suas decisões, não para prejudicar quem quer que seja, mas para evitar que a discriminação, de inegável fundo histórico e cultural, finde por perpetuar as iniquidades sociais. (BRANDÃO *apud* GOMES, 2002, p.132,).

Gomes (*apud* DOMINGUES 2005. p.166) afirma que os objetivos das ações afirmativas são: a) Induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a idéia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; b) Coibir a discriminação do presente; c) Eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; d) Implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; e) Criar as chamadas personalidades emblemáticas, para servirem de exemplo às gerações mais jovens e mostrar a elas que podem investir em educação, porque teriam espaço.

De acordo com Santos (*apud* BRANDÃO 2005, p. 25), a primeira proposta de ação afirmativa do Brasil foi uma lei que “obrigava as empresas privadas a manter uma percentagem mínima de empregados de cor”, de 1968, do Tribunal Superior do Trabalho.

A discussão do tema no mundo acadêmico brasileiro começou, primeiramente, no estado do Rio de Janeiro com o Projeto de Lei nº 4.339, em 1993, pela deputada estadual Benedita da Silva (PT/RJ), cuja proposta previa a instituição de cota mínima de 10% das vagas existentes em instituições do ensino superior para setores etno-raciais socialmente discriminados (negros e índios). Como senadora, Benedita propôs projeto semelhante em 1995. (GENTILI, 2002, p.6)

Em 1993, Carlos Minc (PT/RJ), de igual forma, propôs o Projeto de Lei 3.198/2000, quando era deputado estadual, que instituía o “Estatuto da Igualdade Racial e Social” tornando obrigatória a reserva para negros de 30% do número de candidatos de cada partido político às eleições. Ele explicou que seu projeto foi inspirado em um projeto semelhante que já se tornou lei e garante cota de 30% das vagas de cada partido ao sexo com menos candidatos. (JORNAL DO SENADO ONLINE, 29/06/2003).

Porém, apenas em 2001, foi criada a primeira Lei no Brasil para a política de cotas para negros no ensino superior: Lei 3.708, de 09 de novembro de 2001, de autoria do deputado estadual José Amorim (PTB/RJ), determinando que 40% das vagas oferecidas para os cursos de graduação na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual do Norte Fluminense sejam destinados aos pardos e negros. Para aplicação efetiva da lei, foi necessária sua regulamentação, que foi feita pelo Decreto nº 30.766, de 30 de março de 2002. A governadora do Rio de Janeiro também propôs sistema de cotas, prevendo que o percentual máximo de vagas reservadas é de 45%, sendo 20% para alunos da rede pública; 20% para negros, pardos e integrantes de minorias étnicas e 5% para portadores de deficiência. (FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE, 01/07/2003)

A Universidade Estadual da Bahia (UNEB) também aderiu ao sistema de cotas e destina 40% das vagas de todos os cursos de graduação e pós-graduação para negros. Em São Paulo, o Instituto Afro-Brasileiro de Desenvolvimento Educacional, ligado à Afrobrás – ONG de incentivo a inserção do jovem afro-descendente no ensino superior -, criou a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, a primeira no estado a ter reserva de vagas para estudantes negros. A instituição vai iniciar suas atividades com os cursos de formação de professores e de administração de empresas (Folha de São Paulo, 23/05/2002).

A Universidade de Brasília (UNB) também aprovou no dia 06 de junho de 2003, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o sistema de cotas para negros; serão reservadas para o próximo vestibular 20% das vagas oferecidas para os cursos de graduação. (UNB Agência, 04/07/2003). Segundo o autor da proposta aprovada pela Universidade,

Nos cursos de graduação a cota é necessária porque ela é cega. Há um passivo de muito tempo, e é preciso colocar um contingente de negros e índios no ensino superior.[...] A única garantia de que eu vou colocar esse contingente na graduação é implementando cotas. (CARVALHO, Folha de São Paulo, 2003).

Outro estado da federação que já aprovou a política de cotas é Mato Grosso do Sul: a Assembléia Legislativa determinou a reserva para negros e índios na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Segundo a ex-reitora daquela Universidade,

[...] as cotas, quantitativamente, não mudarão muito o perfil do aluno da UEMS porque os negros e pardos são 34% do total. No que diz respeito ao índio, isso sim poderá trazer uma diferença saudável para a nossa universidade. A cota é um instrumento de democratização necessária ao país. (LEME, Correio do Estado, julho de 2003).

Segundo Marques e Bittar (2006) as políticas de ação afirmativa assumem um caráter fundamental para o desenvolvimento social e econômico da sociedade brasileira, posto que a

intervenção estatal é necessária, visto que o Estado possui a incumbência e a prerrogativa de traçar diretrizes gerais, á luz das normas jurídicas que legitimem as medidas adotadas.

A questão da garantia de acesso à educação superior é muito polêmica. O sistema de cotas não resolverá de vez o problema de discriminação racial e nem aumentará o número de negros na educação superior, visto que o problema vem desde os primeiros anos do ensino fundamental e a desigualdade entre brancos e negros tem suas origens históricas. Entretanto, aguardar mudanças “macros” e desconsiderar a atual situação dos negros é ainda mais discriminatório.

## **1.2. Acesso e permanência na educação superior.**

Um dos itens fundamentais para possibilitar a igualdade e a integração social é o direito a educação. Entretanto, os números demonstram situação contrária:

[...] 54,3% da população brasileira é constituída por brancos, ao passo que 45,7% é constituída por pessoas pertencentes aos grupos étnicos dos negros (5,4%), dos pardos (39,9%) e dos índios (0,4%), mas, segundo o Ministério da Educação(MEC), apenas 16,7% dos formados de nível superior no Brasil são negros, pardos ou índios.(Brandão, 2005, p. 32).

Domingues complementa os dados afirmando que:

Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. [...] a taxa de analfabetismo é três vezes maior entre os negros. Os jovens brancos, aos 25 anos, tem em média 8,4 anos de estudo, enquanto negros tem a média de 6,1. [...] Em cem anos de vida universitária, não chega a 1% o número de professores negros. (2005. p. 165)

Quando comparados estes dados com indicadores educacionais, percebe-se que o analfabetismo cresce com a pigmentação da pele. Sabe-se que o problema da educação se desenvolve desde os primeiros anos do ensino fundamental e as desigualdades entre brancos e negros tem suas origens históricas, mas a grande polêmica tem sido causada por ações afirmativas para a inserção dos alunos negros nas IES.

Na verdade, as cotas constituem mecanismos extremos de ação afirmativa: é a reserva de um percentual determinado de vagas para um grupo específico da população [...] principalmente no acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à representação política. (Domingues, 2005. p. 166)

Essa polêmica acontece principalmente nas classes médias e nas elites, inclusive os intelectuais, pois consideram que o sistema de cotas não é a melhor maneira de democratizar o ensino superior e, embora as discussões sejam muitas, as cotas já são realidade.

Atualmente há alguns programas, leis e projetos do governo federal que

incorporam as especificidades étnico-raciais em suas propostas. Fora das instituições governamentais, grupos ou movimentos organizados também tem implementado um trabalho que permite o acesso dos jovens negros e carentes ao ensino superior. (REIS, 2007. p.51)

Informações sobre a participação dos estudantes negros na universidade confirmam que a procura dos negros cotistas por vagas nos cursos menos concorridos se faz devido a grande concorrência da “elite” nos cursos mais disputados e as discussões suscitam uma diversidade de posicionamentos, tanto pró-cotas quanto contra a implantação das cotas. As desigualdades históricas entre brancos e negros refletem diretamente nas opções dos cursos escolhidos pelos candidatos cotistas negros, demonstrando uma forte correlação com o nível socioeconômico dos alunos.

Os negros, mesmo aqueles que conseguiram ingressar na universidade, são de modo geral, pessoas que vêm de uma origem social modesta, que freqüentaram escolas de primeiro e segundo grau de ensino precário, cuja escolha de carreira universitária recai, freqüentemente sobre aquelas menos valorizadas e menos concorridas, sobretudo na área das humanidades. (QUEIROZ, 2004; p. 65)

Em decorrência desses e outros fatores, existe uma pequena demanda de negros por cursos considerados elitistas, conforme quadro abaixo.

Tabela I - Cursos no Brasil com menor proporção de negros e pardos em % no ano de 2003

|                     |        |
|---------------------|--------|
| Arquitetura         | 11,2 % |
| Odontologia         | 12,3 % |
| Veterinária         | 13,0 % |
| Engenharia mecânica | 14,5 % |
| Farmácia            | 14,6 % |
| Direito             | 15,9 % |
| Medicina            | 15,9 % |

Fonte: Folha de São Paulo, 2004

E grande procura pelos cursos “menos valorizados”, como História, Geografia, Serviço Social, Pedagogia, entre outros, de acordo com quadro abaixo.

Tabela II - Cursos com maior proporção de negros e pardos em % no ano de 2003

|            |        |
|------------|--------|
| História   | 40,0 % |
| Geografia  | 39,6 % |
| Matemática | 35,4 % |
| Letras     | 34,4 % |
| Pedagogia  | 32,2 % |

Fonte: Folha de São Paulo, 2004

Observa-se que os cursos que possuem mais alunos negros e pardos matriculados são as licenciaturas, tidos como cursos menos concorridos e que, de acordo com Sampaio (2004, p. 33), oferecem salários menores do que cursos como Administração, Economia e Medicina.

Hipóteses são levantadas de que essa situação é agravada devido ao fato de os cursos mais “elitizados” serem oferecidos em períodos integrais, o que dificulta os acadêmicos negros e pobres de permanecerem matriculados em tais cursos, pois o estudante negro também é trabalhador e, via de regra, não consegue sobreviver sem o seu trabalho.

Dessa forma mesmo que os candidatos cotistas negros queiram concorrer a cursos de níveis mais elevados não conseguirão alcançar as mesmas pontuações que as dos candidatos provenientes de famílias mais favorecidas economicamente, que procederam de escolas particulares e se prepararam, por meio de cursinhos oferecidos pela iniciativa privada a custos elevadíssimos, fazem intensivões particulares, possuem acervos de livros em suas casas, assinam jornais e revistas, possuem acesso a internet, entre outros.

É necessário ressaltar que a permanência dos alunos nos cursos de graduação, é tão importante quanto o acesso aos mesmos, e as cotas são uma medida importante de inserção das minorias, mas por si só não bastam, se faz necessário uma estrutura que permita que estes alunos possam se manter nas instituições.

[...] a questão não é somente a entrada dos jovens na Universidade, mas também a sua permanência, e algumas estratégias têm permitido a construção de uma trajetória acadêmica bem sucedida e, mais que isso, representam a possibilidade de reversão de um quadro social pautado na desigualdade. (REIS 2007. p.51)

A autora prossegue afirmando que, embora valiosas, as ações para acesso são insuficientes para promover a igualdade considerando a defasagem histórica acumulada.

[...] são necessárias estratégias que assegurem também a permanência bem sucedida desses jovens negros ao ensino superior. Gomes (2004) ressalta a importância da preparação para lidar com esses jovens e a necessidade de compreensão do universo cultural, das condições socioeconômicas e, sobretudo, da diversidade étnico-racial, já que é este pertencimento que opera como um elemento diferenciador na construção da identidade juvenil e nas oportunidades sociais com as quais os jovens se deparam na vida. (REIS, 2007. p.52)

Conforme declara em entrevista para o jornal “O Tempo”, a professora Nilma Gomes, coordenadora do programa Percursos e Horizontes de Formação da UFMG, a inclusão do negro na universidade deve desenvolver outras ações além do sistema de cotas, e atuar em diversas frentes:

[...] a inclusão do negro na universidade não deve se restringir somente ao



sistema de cotas. A inclusão representa muito mais do que colocar o negro na universidade, queremos mantê-lo nesse universo e, assim, além do acesso, dar condições de permanência. (O TEMPO, 2005)

Os programas de permanência, se bem estruturados, podem, de fato, garantir a educação de qualidade aos estudantes. Caso contrário podem contribuir para uma exclusão ainda maior de estudantes de determinados segmentos. Contudo, essas políticas formais que visam garantir a permanência dos estudantes nas IES ainda são escassas.

[...] as estratégias informais não darão conta, por muito tempo, da manutenção de qualidade desses estudantes na Universidade. Nessa perspectiva, tem se dado no sistema educacional um processo perverso de inclusão em que os estudantes precisam a todo momento driblar os obstáculos à sua manutenção. Essas conclusões sinalizam a urgência de políticas formais que assegurem a permanência de qualidade da população negra no ensino superior, sobretudo naqueles cursos considerados de mais prestígio, onde os estudantes pretos e pardos já começam a aparecer, mudando a cor da Universidade, mas não se sabe por quanto tempo conseguirão permanecer. (REIS, 2007. p.65).

Em entrevistas realizadas pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariluce Bittar, no ano de 2005, para o projeto coletivo de pesquisa sobre “Políticas de Cotas para Negros na Educação Superior – estratégias de acesso e permanência”, com os estudantes de Direito e Enfermagem da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – a fim de saber quais os relevantes e principais aspectos que dificultam a permanência dos negros na educação superior, constatou-se que as principais dificuldades estão relacionadas a questão financeira, como compra de materiais didáticos, alimentação, transporte para ir às aulas e aos estágios, e moradia – este último para quem é de fora da cidade; dificuldades que muitas vezes obrigam o aluno a escolher entre trabalhar para ajudar a família ou estudar. (BITTAR; GAMA, 2007).

## **CAPÍTULO II**

### **OS ALUNOS DO INSTITUTO LUTHER KING E A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

#### **CAPÍTULO II - OS ALUNOS DO INSTITUTO LUTHER KING E A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

##### **2.1. Cursos preparatórios para o acesso à educação superior – o Instituto Luther King.**

A partir do final da década de 1980 começaram a surgir vários cursos pré-vestibulares para estudantes negros, como o Centro de Estudos Brasil África - CEBA, instituição do Movimento Negro localizada em São Gonçalo, Rio de Janeiro, por militantes do Morro da Mangueira, no município do Rio (Salgueiro, 2006); o Instituto Steve Biko na Bahia em 1992, o Pré-vestibular para Negros e Carentes no Rio de Janeiro em 1993; o Curso do Núcleo de Consciência Negra da USP em São Paulo em 1994; o Zumbi dos Palmares no Rio Grande do Sul em 1995. (NASCIMENTO, 2007). Estes cursos têm o objetivo de aumentar o número de estudantes negros nas universidades, principalmente as públicas, ocupadas em sua maioria por estudantes brancos de classe média e alta.

Em Mato Grosso do Sul, o Instituto Luther King – ILK foi constituído em 15/02/2003, como pessoa jurídica de direito privado, beneficente e de assistência social, sem fins lucrativos, com área de atuação no Estado e podendo ter representações no território nacional, de acordo com declarações da ex-coordenadora pedagógica do Instituto, de 2004 a 2007.

[...] segundo o mentor da idéia, o Dr. Aleixo Paraguassu - que é um militante do movimento negro e sempre defendeu as causas dos negros e das minorias, no período que ele foi Secretário de Educação – ele percebeu que o negro não tinha acesso ao ensino superior e teve a idéia de montar a instituição, com o objetivo principal contribuir para o acesso das minorias sociais e principalmente do negro ao ensino superior. Ele partilhou esse sonho e a partir daí se iniciou a criação. (Entrevista, Ex-coordenadora do Instituto Luther King)

O ILK – que atualmente atende cerca de 100 alunos - oferece ensino preparatório para o vestibular, inteiramente gratuito, bem como outras ações de assistência educacional e integração ao mercado de trabalho, voltadas para jovens carentes, em especial os provenientes das minorias sociais, como afro-descendentes, índios e pessoas com necessidades especiais. Busca também promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e combater quaisquer tipos de preconceitos e discriminação.

[...] o principal objetivo do Luther King é promover a igualdade de oportunidades para jovens afro-brasileiros, índios, brancos, carentes e portadores de deficiências, que se encontram impossibilitados de frequentar um cursinho pré-vestibular de instituições particulares. Campo Grande não tem outro curso gratuito com essa modalidade de ensino. (Entrevista, Ex-coordenadora do Instituto Luther King).

Segundo a ex-coordenadora, o Instituto preenche exatamente essa lacuna na educação superior, pois são oferecidas gratuitamente a educação básica, o ensino fundamental e médio. Se o aluno não conseguiu ingressar na educação superior na primeira tentativa, terá que pagar um cursinho, estudar sozinho ou ainda mais grave, desistir do seu sonho de concluir seu curso superior.

As ações são executadas com recursos que podem ser obtidos por parcerias com o poder público, com empresas e agências nacionais e internacionais, doações, heranças, legados, rendimento de aplicações financeiras, contribuição dos associados – distribuídos nas categorias Fundador, Benfeitor, Honorário, Contribuinte e outros - e recebimento de direitos autorais. Mesmo assim o Instituto tem dificuldades de se estabelecer, como evidencia a ex-coordenadora:

[...]o Luther King tem grande dificuldade de sobrevivência por que ele vive de doações e alguns convênios, como com a prefeitura municipal, com a secretaria estadual de educação, que cede alguns professores e funcionários. O município doa uma quantia que ajuda no pagamento dos funcionários administrativos, e temos também uma arrecadação por meio de um convênio com a empresa Energias do Brasil, onde as pessoas podem contribuir a partir de cinco reais e o débito vem automático na conta de energia, além de doações diversas. O prédio é cedido por tempo indeterminado por um casal de amigos do mentor do projeto. (Entrevista, Ex-coordenadora do Instituto Luther King).

O ILK tem a proposta de compor o seu corpo docente em proporcionalidade ética e de gênero, de acordo com os índices divulgados pelo IBGE, IPEA, ou outras instituições idôneas e de referência nacional. O Instituto também se propõe a oferecer todo ano, em cursos gratuitos, pelo menos 20% da receita bruta que obtiver; não podendo esse valor ser menor do que a isenção de contribuições sociais que usufruem.

Os critérios para admissão no Instituto foram se modificando com o passar do tempo. Além do questionário sócio-econômico, no primeiro semestre de 2004 foi aplicada uma prova na qual os melhores classificados é que conseguiam a vaga. Aos poucos os critérios foram sendo redefinidos, passando para a análise do currículo: os alunos realizavam a inscrição e uma comissão realizava a análise de núcleo de todas as matérias cursadas no ensino médio.

[...] para uma bolsa no Luther King eles apresentavam um histórico escolar, nós fazíamos a análise do núcleo comum de português, matemática, história, geografia, biologia, química e física. Fazíamos uma média e as melhores notas é que conseguiam a bolsa. (Entrevista, Ex-coordenadora do Instituto Luther King).

Devido a grande procura pelo curso os critérios de seleção foram ficando mais exigentes passando a adotar um questionário socioeconômico. Atualmente as regras para a seleção de alunos e formação de turmas são: a) apresentar carta de intenção contendo as condições sócio-econômicas; b) apresentar histórico escolar; c) as turmas devem ter em sua composição 45% de afro-descendentes, 05% de índio-descendentes, 05% de pessoas com necessidades especiais e 45 % de brancos; d) alunos devem ter sido da rede pública ou de associações comunitárias. (Ex-coordenadora do Instituto Luther King).

O número de alunos atendidos pelo Instituto vêm aumentando gradualmente, bem como número de aprovados em vestibulares, conforme mostra tabela abaixo:

Tabela III - Alunos atendidos X Alunos aprovados - Instituto Luther King 2003-2007

| Ano  | Alunos atendidos | Aprovados em Vestibular |                     |                 |           |                 |                 |           |
|------|------------------|-------------------------|---------------------|-----------------|-----------|-----------------|-----------------|-----------|
|      |                  | Total                   | Homens              |                 |           | Mulheres        |                 |           |
|      |                  |                         | Negros <sup>2</sup> | Branco          | Índigenas | Negras          | Branca          | Índigenas |
| 2003 | 70               | 19                      | 4                   | 6               | 0         | 3               | 6               | 0         |
| 2004 | 70               | 29                      | 9                   | 4               | 0         | 6               | 9               | 1         |
| 2005 | 70               | 61                      | 16 <sup>3</sup>     | 6               | 0         | 20              | 16              | 3         |
| 2006 | 82               | 79                      | 15                  | 7 <sup>4</sup>  | 1         | 23              | 30              | 3         |
| 2007 | 124              | 65                      | 17 <sup>5</sup>     | 11 <sup>6</sup> | 1         | 19 <sup>7</sup> | 14 <sup>8</sup> | 4         |

Fonte: ex-coordenadora do ILK

Dos 253 alunos aprovados nos diferentes vestibulares, 160 estão freqüentando IES. 39 estão em IES públicas, 48 em IES privadas por meio de convênios firmados, 35 estão em IES

<sup>2</sup> Negros(as) e pardos(as) auto-declarados(as) na ficha de inscrição para o curso pré-vestibular

<sup>3</sup> 01 portador de deficiência auditiva

<sup>4</sup> 01 portador de deficiência visual

<sup>5</sup> 01 portador de deficiência física de membro superior

<sup>6</sup> 01 portador de deficiência física de membro superior

<sup>7</sup> 01 portadora de deficiência auditiva

<sup>8</sup> 01 portadora de deficiência auditiva

privadas custeando o próprio estudo e 38 estão em IES privadas como Bolsistas do Programa Universidade para Todos – PROUNI (Documento de acompanhamento e avaliação disponível na secretaria do Instituto, 2007, p.1-12)

Assim como os alunos, o corpo docente também precisa de alguns pré-requisitos, que são, além da disponibilidade, da experiência profissional e do currículo documentado, participar de movimentos sociais. Cumprindo esses pré-requisitos, o candidato a docente passa por uma entrevista que irá avaliar, entre outras coisas, seu conhecimento sobre preconceito, discriminação racial e racismo.

## **2.2. A Universidade Católica Dom Bosco e o Instituto Luther King**

A história da UCDB é marcada por pioneirismos. De acordo com a página eletrônica da UCDB (<http://www.ucdb.br/instituicao/historia/>, acesso em 10/05/2008) em 1961 a Missão Salesiana de Mato Grosso criou o primeiro Centro de Educação Superior do Estado de Mato Grosso, a Faculdade "Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras", com os cursos de Pedagogia e Letras; em 1965, a Faculdade de Direito – FADIR; em 1970, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis de Administração – FACECA; em 1972, a Faculdade de Serviço Social – FASSO; e nos anos seguintes os cursos de História, Geografia, Ciências (Biologia e Matemática), Filosofia, Psicologia, e Graduação de Professores. Objetivando se tornar Universidade, solicitou junto ao Ministério da Educação e Cultura - MEC, a integração das Faculdades, surgindo as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso - FUCMT. Em 20 de dezembro de 1989, a Missão Salesiana protocolou, junto ao Conselho Federal de Educação, Carta-Consulta requerendo a transformação das então Faculdades Unidas Católicas em Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, fato que foi autorizado definitivamente em 27 de outubro de 1993.

A Universidade Católica Dom Bosco sempre procura responder aos anseios da comunidade:

A vida pelo saber e pela cultura e que o propósito dos Salesianos é “se fazerem presentes, com a Universidade, em meio à juventude sul-matogrossense, convivendo com a riqueza sócio-cultural, política e religiosa, à luz das orientações da Igreja Católica e da doutrina do educador Dom Bosco, para contribuir no desenvolvimento pleno do homem, em todas suas potencialidades, como sujeito e objeto da história e sua prossecução futura.” (<http://www.ucdb.br/instituicao/historia/>, acesso em 10/05/2008)

De acordo com a ex-coordenadora do ILK, a união dessas duas filosofias (do Instituto e da UCDB) ocorreu em 2005. A convite da vice-presidente, o Reitor da Universidade realizou uma visita ao Luther King e por meio de uma solicitação do presidente na época,

foram concedidas para os alunos do Instituto 10 bolsas com 85% de desconto. As bolsas eram concedidas às 10 maiores pontuações obtidas pelos alunos, independente do curso.

Em 2007 a UCDB concedeu mais 10 bolsas de 50% para os alunos do Luther King. A exigência da UCDB é que os alunos bolsistas não poderiam ter nenhuma nota menor que sete, sob o risco de perder a bolsa.

No total, a Universidade Católica Dom Bosco ofereceu 30 bolsas. Dos trinta contemplados com a bolsa, 05 alunos não estão cursando, pois desistiram das vagas. Desses, duas alunas conseguiram bolsa pelo ProUni e se transferiram para IES privadas. Os outros três desistiram alegando problemas financeiros, pois mesmo sendo bolsistas, todos têm que arcar com o valor integral da matrícula a cada semestre, o que para esses alunos não foi possível devido às dificuldades financeiras enfrentadas por eles.

Em 2008, devido a cortes e adequação no orçamento da Universidade Católica Dom Bosco, o contrato com o Instituto Luther King foi rompido e não foram mais concedidas bolsas para novos alunos, apenas mantidas as bolsas para os que já estavam estudando.

[...] para nossa tristeza quando chegou novembro de 2007 recebemos a notícia que foram cortadas todas as novas bolsas e mantidos só as que estavam no contrato antigo. Não tivemos muita informação, mas parece que foi contenção de despesas mesmo. Na época estávamos com 120 alunos no cursinho e destes 120 alunos todos iriam fazer o vestibular, porque a grande maioria trabalha e visam muito a universidade que tenha curso a noite. Então em novembro, quando ficamos sabendo que não teríamos mais as bolsas, foi uma tristeza muito grande. Os alunos sentiram muito, foi uma queda na auto-estima dos alunos porque a grande maioria estava apostando nas bolsas oferecidas pela UCDB (Entrevista, Ex-coordenadora do Instituto Luther King).

Além da UCDB, outras Instituições de Educação Superior que ofereciam bolsas para alunos do Instituto Luther King também romperam os contratos, ficando para os alunos a disputa por uma das quatro bolsas oferecidas por uma única IES.

[...] nós tínhamos bolsas com a Uniderp, Unaes e IESF, que também cortaram as bolsas no final de 2007. Coincidência ou não, houve a compra da Unaes e Uniderp pelo grupo Anhanguera e a UCDB mudou sua diretoria e o pró-reitor. Ficamos apenas com as quatro bolsas do IESF. Isso foi um desestímulo muito grande para quem estava contando com 30 novas bolsas. Foi muito difícil administrar e muitos alunos nem vestibular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS tinham feito; alguns por que não tinha o curso que eles gostariam de fazer e a grande maioria porque na UFMS a maioria dos cursos é no período diurno, e nossos alunos trabalham. (Entrevista, Ex-coordenadora do Instituto Luther King).

Em relação ao acompanhamento dos alunos, destaca que a obrigatoriedade ocorre apenas no acompanhamento das notas, mas o Instituto cria um sentimento de união muito

forte em quem já trabalhou ou estudou lá. Segundo ela, os ex-alunos sempre voltam para utilizar a biblioteca, para fazer amizades com os atuais alunos, contar suas experiências, falar sobre a graduação, e até montaram um clube de ex-alunos, para manter o grupo unido. Existe também um trabalho voluntário desses ex-alunos que ministram aulas de diferentes disciplinas nos plantões de tira-dúvidas que são realizados antes do horário das aulas, das 17 às 19 horas de segunda a sexta feira.

Há somente uma aluna do Instituto Luther King que concluiu o curso, formando-se em matemática – curso com duração de três anos e extinto na UCDB - no início de 2008. A análise do desempenho dos outros alunos poderá ser feita no final de 2008, quando os outros alunos, ingressantes nas primeiras turmas com duração de quatro anos, estarão terminando sua graduação.

Atualmente estudam na UCDB 25 alunos beneficiados com o convênio firmado com o Luther King, além de 9 alunos que estudam com recursos próprios e 8 que possuem ProUni.

### **2.3. O aluno do Instituto Luther King e as dificuldades para a permanência na educação superior.**

Na fase de coleta de dados para esta pesquisa, por meio de entrevista ocorreu uma descoberta inesperada. Percebeu-se que, mesmo sendo o objetivo principal do Instituto Luther King contribuir para o acesso das minorias sociais e principalmente do afro-descendentes ao ensino superior, na UCDB o número de alunos auto-declarados negros oriundos do ILK é inferior ao número de alunos auto-declarados brancos oriundos deste mesmo Instituto.

Inicialmente haviam sido contatados 15 alunos para a pesquisa. Ao se iniciar o desenvolvimento da entrevista, que foi por meio de questionário aplicado pessoalmente, constatou-se que a maioria dos alunos - 10 alunos - oriundos do Instituto Luther King que estudavam na UCDB se auto-declaravam brancos, e por isso não poderiam conceder a entrevista e responder as perguntas. Após o filtro, as cinco alunas que estavam de acordo com o objeto da pesquisa são dos cursos de Serviço Social, Rádio e TV e Educação Física.

O primeiro assunto a ser tratado foi sobre discriminação e preconceito. Apenas uma aluna disse não ter sofrido ou não lembrar de ter sofrido algum tipo de discriminação ou preconceito, conforme demonstram os trechos das entrevistas:

Sim. Na época não tinha noção, mas hoje percebo que o motivo só pode ser preconceito, pois havia um tratamento diferenciado dos outros alunos em relação a mim por parte de uma professora do ensino fundamental (Entrevista, Aluna A, Serviço Social)

Sim, através de alunos e colegas de classe. Chamavam-me de ‘preta’ em tom

de ofensa, quase que corriqueiramente, no primário. No ensino superior não passei por preconceito. (Entrevista, Aluna B, Rádio e TV)

Não (Entrevista, Aluna C, Educação Física)

Por ser negra, quando comecei a estudar alguns alunos, diziam que não iriam sentar ao lado de uma negrinha para eles não ficarem da mesma cor. No começo me abalava, hoje não me importo, sei das minhas qualidades como negra e estudante, sou igual a todo mundo. (Entrevista, Aluna D, Serviço Social)

Já, por ser pobre, feia e de descendência afro-brasileira (Entrevista, Aluna E, Serviço Social)

Discriminar uma pessoa pela cor da pele é crime no Brasil. De acordo com os relatos anteriores, essa discriminação começa muito cedo e deixa marcas profundas na trajetória de vida dessas pessoas.

As desigualdades são graves e, ao afetarem a capacidade de inserção dos negros na sociedade brasileira, comprometem o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades iguais para todos. Apresentam-se em diferentes momentos do ciclo de vida do indivíduo, desde a saúde na infância, passando pelo acesso à educação e cristalizando-se no mercado de trabalho e, por conseqüência, no valor dos rendimentos obtidos e nas condições de vida como um todo. Está presente na diferença entre brancos e negros em termos de acesso à justiça. (HERINGER, 2002, p. 58)

Além da discriminação sofrida por parte das crianças, colegas de classe, o agravante é a discriminação acontecer por parte de alguns membros do corpo docente, que tem por objetivo educar e transformar essas crianças em cidadãos. A Lei de Diretrizes e Bases - LDB em seus princípios e fins da Educação Nacional enfatiza muito bem o que deve ser a educação, no Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996)

Em relação a terem estudado no Instituto, todas as alunas destacam a importância da oportunidade e como isso mudou suas vidas:

Foi uma experiência não só de conhecimentos escolares, mas também conhecimentos de cidadania em geral. De todo os cursinhos foi o único que realmente tive incentivo. Uma experiência única que poucos têm a oportunidade. (Entrevista, Aluna A, Serviço Social)

Uma grande oportunidade de realizar um sonho; o sonho da universidade e de ingressar no mercado de trabalho com a profissão desejada. (Entrevista, Aluna B, Rádio e TV)



Um avanço, uma experiência ótima. Durante o ano que fiquei no Instituto aprendi muitas coisas em relação aos conhecimentos científicos, evolui como pessoa e em meus conceitos, no respeito às diferentes culturas, faixas etárias etc. (Entrevista, Aluna C, Educação Física)

Foi uma das melhores experiências. Não é somente uma escola, mais também uma família, onde aprendemos a respeitar não somente aos outros, mas a nos mesmos. (Aluna D)

Uma das experiências mais importantes da minha vida, pois foi o Instituto Luther King que possibilitou minha entrada na faculdade hoje. (Entrevista, Aluna E, Serviço Social)

Percebe-se que estudar no Instituto foi uma experiência marcante para as entrevistadas, e que a instituição não é vista apenas como um centro de estudos, mas um local que busca o amadurecimento dos alunos em relação não apenas a questões como raça, mas principalmente de cidadania, além de incentivar os alunos a lutarem pelo sonho de acesso a educação superior.

Segundo Castro (2007, p.3), a Constituição Federal de 1988 constitui como um de seus objetivos fundamentais “[...] construir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem, preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação”.

O fato de receberem bolsa de estudo facilita a permanência na Universidade Católica Dom Bosco. O perfil dos alunos que ingressam pelas cotas no ensino superior é do aluno que trabalha para se manter na Universidade e no caso dos alunos do Instituto Luther King não é diferente. De todos os entrevistados afro-descendentes apenas um não trabalha para se manter. 80% dos entrevistados afirmam não ter nenhum problema em se tratando da mensalidade que possa fazer com que este desista do curso superior. Somente uma aluna respondeu que mesmo com a bolsa de 80% tem dificuldade para pagar os outros 20% da mensalidade que são de sua responsabilidade, o que significa que as alunas de Serviço Social pagam 94,40, a de Rádio e TV 126,46 e Educação Física 124,81.

Mesmo sendo bolsista tenho dificuldade de pagar a mensalidade. (Entrevista, Aluna D, Serviço Social).

Outra aluna coloca a dificuldade de pagar a matrícula integral no início dos semestres letivos.

Diante dos outros acadêmicos que pagam a mensalidade com valor integral mensalmente não tenho o que reclamar, mas não é fácil pagar a parcela da matrícula semestral, que não temos desconto e temos que pagar 100%. (Entrevista, Aluna B, Rádio e TV).

Uma aluna afirmou que o último ano é o mais caro:

Apesar de ser bolsista o acesso exige muitos gastos, principalmente nos últimos anos, e é preciso trabalhar. (Entrevista, Aluna C, Educação Física).

Apesar de o Brasil ter 45% de negros da população total, eles se encontram em situação de desvantagem, fato confirmado pela declaração das alunas de que sem a bolsa não conseguiriam estudar. De acordo com a Fundação Cultural Palmares (2005) “63% dos brasileiros com renda mensal inferior a um salário mínimo são negros e, dos 22 milhões de indigentes, 69% são negros. Bittar e Almeida complementam:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) coloca o Brasil na 69ª posição em relação aos outros 182 países, considerado como ‘IDH Médio’. Porém, ao se fazer o recorte racial, a situação se agrava: ao se considerar os índices relativos à população negra, a posição cai para 101ª, o que corresponde ao “IDH Médio-baixo”. No entanto, ao se considerar apenas a situação dos não-negros, a posição do Brasil sobe para 46ª posição (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003, C4.), o que o classifica como ‘IDH Alto’. Esses dados indicam que a população negra encontra-se em condição social, econômica e educacional inferior aos demais segmentos da população, uma vez que, ao ser realizado o recorte racial, separando a população negra da população branca, o IDH nacional é alterado significativamente. (2006, p. 145)

As pesquisas sobre o tema confirmam as informações fornecidas pelas alunas, demonstrando a existência da correlação entre cor, classe socioeconômica e educação. Um exemplo é a Universidade Federal da Bahia - UFBA, estado que tem na composição da sua população 79,6% de negros, pardos e indígenas, mas que na UFBA apenas 26% dessa população compõem o quadro geral dos estudantes.

Tabela IV - Estudantes da UFBA X População do Estado da Bahia

| COR                                 | UFBA<br>(1993-1997) <sup>9</sup> | BAHIA<br>(1991) <sup>10</sup> |
|-------------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| CLAROS (brancos, amarelos)          | 74,0                             | 20,4                          |
| ESCUROS (pretos, pardos, indígenas) | 26,0                             | 79,6                          |
| TOTAL                               | 100,0                            | 100,0                         |

Fonte: QUEIROZ, 2004, p.73.

Complementando os dados supracitados, tem-se a comparação entre as classes sociais brasileiras e a sua representação em Instituições Federais de Educação Superior - IFES, utilizando-se de dados da pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES.

<sup>9</sup> Média percentual dos alunos, de acordo com um estudo sobre o desempenho de estudantes na Universidade Federal da Bahia, no período 1993-1997 feita pela autora em sua tese de doutorado

<sup>10</sup> IBGE *apud* Queiroz, 2004, p.73

Tabela V - Classes sócio-econômicas brasileiras e o perfil dos estudantes de graduação das IFES (2003)

| CLASSES <sup>11</sup> | % NA SOCIEDADE | % NAS IFES |
|-----------------------|----------------|------------|
| A                     | 2,0            | 13,0       |
| B                     | 19,0           | 43,0       |
| C                     | 30,0           | 31,0       |
| D                     | 28,0           | 10,0       |
| E                     | 21,0           | 3,0        |

Fonte: BALDIJÃO, 2003.

Nota-se que 56% dos presentes nas IFES são de classes A e B, bem diferente do percentual existente na sociedade, que é de 21%. A classe C é a que apresenta maior equilíbrio entre a sociedade (30%) e os estudantes das IFES (31%). Em contrapartida, as classes D e E, que na sociedade representam 49% da população, mas estão presentes apenas em torno de 13% nas IFES. O autor comenta ainda a associação das classes socioeconômicas aos cursos escolhidos:

As proporções mais elevadas de graduandos na faixa de renda familiar de R\$ 2.601,00 a R\$ 6.500,00, seguida da faixa de R\$ 1.301,00 a R\$ 2.600,00 encontram-se nas áreas de Odontologia, Medicina, Engenharia Mecânica, Direito e Engenharia Civil. Os graduandos das áreas de Engenharia Elétrica e Química, os de Administração, Medicina Veterinária e Jornalismo estão em maiores percentuais nas faixas de R\$ 1.301,00 a R\$ 2.600,00, seguido da faixa de R\$ 2.600,00 a R\$ 6.500,00. Os alunos de Economia encontram-se em maiores proporções nas faixas de renda entre R\$ 1.301,00 a R\$2.600,00 e R\$ 391,00 e R\$ 1.301,00. Diferentemente das outras áreas, a maioria dos graduandos de Matemática e de Letras informaram renda familiar na faixa de R\$ 391,00 a R\$ 1.300,00. (BALDIJÃO 2003, p.5)

Em relação ao material didático (livros, xérox, acesso a Internet, etc.) as dificuldades encontradas foram maiores. Das alunas que afirmaram ter condições de pagar o restante da mensalidade, muitas disseram que “não sobra dinheiro para a aquisição de instrumentos de estudos”.

Os livros e xérox sim, mas não tenho acesso a internet. (Entrevista , Aluna A, Serviço Social)

Livros não comprei nenhum até agora, utilizo xérox. Acesso a internet só no serviço ou na universidade. (Entrevista, Aluna B, Rádio e TV)

<sup>11</sup> O Critério de Classificação Econômica Brasil ou CCEB é um sistema de classificação de preços ao público brasileiro. Atualmente deixa de lado a pretensão de classificar a população em termos de "classes sociais" e divide o mercado exclusivamente em classes econômicas e tem o objetivo de ser uma forma única de avaliar o poder de compra de grupos de consumidores. A classificação é feita com base na posse de bens e não com base na renda familiar. Para cada bem possuído há uma pontuação e cada classe é definida pela soma dessa pontuação. As classes foram revistas e a partir de 2003 são A1, A2, B1, B2, C, D e E. (ABEP, 2008)

Alguns livros sim, a maioria são muito caros. As colegas de classe ajudam muito dando xérox de “presente”, dividindo material. A internet da universidade eu até uso, mas o excesso de restrições que existem para o acesso acaba atrapalhando e tenho que recorrer aos locais de internet paga. (Entrevista, Aluna C, Educação Física)

Livros não todos. As xérox tiro algumas e outros ganho de colegas que sabem da minha situação. Este ano já consegui comprar dois livros. (Entrevista, Aluna D, Serviço Social)

Não consigo comprar livros, apenas algumas xérox. Não utilizo sempre o acesso a internet na universidade, uma ou outra vez. (Entrevista, Aluna E, Serviço Social)

A informação de Baldijão (2003) é complementada pela fornecida por Bittar (et alii, 2005, p. 13) que afirma que muitos alunos escolhem cursos superiores tidos como não elitistas devido estes cursos não apresentarem um gasto maior na compra de materiais. Os cursos da área biológica e arquitetura, por exemplo, são cursos que requerem um gasto maior na compra de instrumentos, mesmo sendo cursos oferecidos em IES públicas.

Na UFRJ, por exemplo, no ano de 2000, apenas 0,6% dos alunos negros ingressam em medicina, na Bahia, estado que registra a maior concentração de negros do Brasil, o índice era de 1,9% em 1998. Em contrapartida, entre os cursos “menos valorizados”, os negros se destacam, como no de biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia(UFBA), no qual 62,1% dos estudantes eram oriundos da população negra. (Folha de São Paulo *apud* BITTAR et al, 2005, p. 16)

Em relação a diferença de qualidade no ensino fundamental e médio atrapalhar o desempenho no ensino superior, a grande maioria não encontra dificuldades. É importante destacar que as colocações obtidas no processo seletivo foram muito boas, com alunas classificadas em segundo e sétimo lugar em seus respectivos cursos. Apenas uma aluna demonstrou dificuldade em acompanhar o conteúdo da sala de aula.

A dificuldade maior que tenho é de acompanhar os estudo, pois só fico em Campo Grande durante a semana e final de semana vou para fazenda (Entrevista, Aluna D, Serviço Social).

As declarações das entrevistadas vêm de encontro as críticas sofridas pelo sistema de cotas, principalmente em seu início, de que essa ação “emburreceria” a educação superior. Esses dados já haviam sido constatados por Bittar e Almeida:

Mesmo entrando na universidade com notas pouco abaixo das notas dos brancos, os negros têm condições de acompanhar ou até mesmo superar o rendimento no processo pedagógico, conforme demonstrou pesquisa publicada na Folha de São Paulo: Na UERJ, primeira universidade de grande porte a adotar a reserva de vagas, os cotistas entraram com nota mais baixa no vestibular, mas tiveram no primeiro semestre do ano passado desempenho

acadêmico superior aos demais estudantes. O dado não prova que isso vá ser sempre assim, mas já indica que o acompanhamento sério dessa experiência pode derrubar alguns preconceitos (2006, p. A2).

Outra matéria publicada também evidenciou que os alunos cotistas tiveram desempenho satisfatório em relação aos outros alunos

Outra matéria, publicada no final daquele mesmo ano, evidenciou a melhoria no desempenho acadêmico de alunos cotistas de duas universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UENF) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB): “(...) uma pesquisa da reitoria [da UNEB] mostrou que, após um ano, esses estudantes tiveram nota média 7,7, enquanto os demais tiveram média 7,9.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004, p. C1).

#### **2.4. Contribuição da UCDB para a permanência do aluno oriundo do Instituto Luther King.**

Todas as alunas afirmaram que não sentem nenhuma diferença em relação aos demais alunos no tratamento dado por parte da UCDB, e afirmam que não existem regalias ou a falta delas pelo fato de serem beneficiadas com a bolsa.

Mesmo trabalhando, as alunas são unânimes em afirmar que sem serem beneficiadas com a bolsa de estudos não estariam na Universidade:

Em se tratando de universidades particulares, com certeza não estaria estudando (Entrevista, Aluna A, Serviço Social)

Não estaria na Universidade, de jeito nenhum (Entrevista, Aluna B, Rádio e TV)

Não, eu tentei o desconto ou isenção da taxa do vestibular na UFMS e não consegui, portanto não o fiz. Entrei no Luther King, consegui a bolsa por ter sido aprovada em 2º lugar na UNAES e em 4º lugar na UCDB (Entrevista, Aluna C, Educação Física)

Não, o que ganho não pagaria nem a mensalidade inteira. (Entrevista, Aluna D, Serviço Social)

Não estaria fazendo um curso superior. (Entrevista, Aluna E, Serviço Social).

Quando questionadas sobre quais apoios - além da bolsa - e projetos a UCDB oferecia para contribuir com a permanência delas, as respostas foram variadas.

Diretamente não conheço, mas sei que existem alguns voltados aos acadêmicos em geral. (Entrevista, Aluna A, Serviço Social)

A bolsa de estudo é o apoio mais que necessário para quem deseja estudar e não tem condições. Isso para mim basta. (Entrevista, Aluna B, Rádio e TV)

A UCDB ofereceu projetos no LAF – Laboratório de Avaliação Física, tem o

Vida Nova, projetos de extensão e também no parque Ayrton Senna, porém estes projetos são para obter desconto no curso e como eu sou bolsista, preciso de uma remuneração para me manter e isso não é oferecido. (Entrevista, Aluna C, Educação Física)

A UCDB, tem nos ajudado muito, principalmente em relação às notas. Manter sete todo semestre é difícil, mas estou conseguindo. (Entrevista, Aluna D, Serviço Social)

ProUni (Entrevista, Aluna E, Serviço Social)

Em relação ao significado de estarem fazendo um curso superior e sobre suas expectativas, percebeu-se muita satisfação e otimismo.

Uma conquista de muito esforço. Minhas expectativas são as melhores em relação ao término do curso. (Entrevista, Aluna A, Serviço Social)

Diria que tenho 50% de chance de me realizar profissionalmente. Acredito que o diploma abrirá muitas portas não só no Estado, mas fora também. O sonho de trabalhar com rádio e TV só se realizara por conta da formação superior. (Entrevista, Aluna B, Rádio e TV)

Representa uma nova caminhada para alcançar meus objetivos. Espero realizá-los com êxito e me tornar uma grande profissional da área da saúde, uma excelente empresaria em relação ao trabalho físico personalizado. (Entrevista, Aluna C, Educação Física)

Mudanças e transformações. Quero concluir o curso e conseguir um emprego melhor. (Entrevista, Aluna D, Serviço Social)

Um grande passo. O curso superior pode proporcionar um futuro melhor e só dependendo do meu potencial para ser uma profissional competente, eficaz, eficiente e comprometida. (Entrevista, Aluna E, Serviço Social)

As entrevistas mostraram que as alunas estão motivadas para concluir o curso superior. O que antes era um sonho distante – considerando as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia em relação a situação socioeconômica - hoje está muito próximo de se realizar.

Essas alunas vêem a conclusão do curso como uma transformação na sua vida, como menciona a Aluna D, e o mais importante é que poderão proporcionar uma vida melhor tanto para eles quanto para seus familiares.

Notou-se que grande parte das dificuldades apresentadas – senão todas – estão diretamente ligadas a questão financeira. Como o Instituto trabalha com populações de baixa renda, ficou claro que sem a bolsa as jovens não estariam no ensino superior e, mesmo com a bolsa, as dificuldades como compra de material para estudar são muito grandes. O ponto positivo é que, ao contrário do que se dizia no início das ações afirmativas para educação superior, os alunos bolsistas não enfrentam dificuldades para acompanhar o conteúdo educacional e, em alguns casos, tem notas melhores que os colegas de classe.

## 2.5. A relação do Serviço Social com as ações afirmativas

Para Iamamoto (*apud* BRANDÃO; JOSÉ FILHO, 2002) “[...] o Serviço Social na contemporaneidade sintetiza o desafio de decifrar os novos tempos para que nele se possa ser contemporâneo”. É necessário que o profissional seja qualificado, amplie suas competências e tenha uma atitude investigativa.

O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões microscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, o homem atual, a vida atual e nela influir contribuindo para moldar os rumos da história. (BRANDÃO; JOSÉ FILHO, 2002 p. 24).

Segundo Serra (2000), o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, cujo produto expressa-se sob a forma de serviços. Tem um papel na produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Constitui-se como profissão com mecanismo institucional utilizado pelo Estado para responder às questões sociais, por meio das políticas sociais.

A política Social é concebida como um mecanismo de interação e regulação do Estado, datado pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista e determinado por um conjunto de necessidades socioeconômicas, jurídicas e políticas, originárias das condições sob as quais se desenvolvem, historicamente, as relações entre o capital e o trabalho”. (MOTA *apud* MARTINS, 2007, s.p.)

Martins complementa,

[...] na sociedade capitalista, as políticas sociais são expressão concreta das contradições e dos antagonismos presentes nas relações entre classes e destas com o Estado. Sua constituição e institucionalização, quaisquer que sejam objetivos específicos de intervenção, dependem do grau de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras e das particularidades históricas, que definem a constituição de cada Estado nacional (MARTINS, 2007, s.p.)

A política social deve ser um elemento central do Estado no que vise o atendimento das necessidades sociais, que ultrapasse a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer decisão coletiva e amparada por leis garantidoras de direitos.

A prática profissional do Assistente Social deve ser vista como trabalho e o exercício profissional como processo de trabalho, que tem como matéria prima a questão social.

É correto afirmar que a questão social está relacionada ao modo de produção capitalista, no bojo do processo de industrialização e do surgimento do operariado e da burguesia industrial.

É somente com o advento do capitalismo monopolista que a ‘questão social’ torna-se objeto de respostas institucionais por meio de políticas sociais como um mecanismo básico para a reprodução social da força de trabalho e de legitimidade das elites, além da reprodução do capital como pressuposto constitutivo da formação capitalista (SERRA, 2000, p. 171)

Segundo Heidrich (2006), o termo “Questão Social” é uma nomenclatura surgida no século XIX, a partir das manifestações de miséria e pobreza provenientes da exploração das sociedades capitalistas como o desenvolvimento da industrialização. É nesse contexto que começam as respostas para seu enfrentamento com políticas que visam suprir essas contradições, como a políticas de cunho social.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO. 1983, p.77).

De acordo com Machado (1999) “[...] a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela”. A autora enfatiza que o Serviço Social se orienta pela análise marxiana da sociedade burguesa, mas abandonou a transformação social como objeto profissional e, no âmbito da ABESS/ CEDEPSS, o objeto passou a ser tratado como a questão social:

O assistente social convive cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos da questão social no nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154-5).

Iamamoto complementa:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. IAMAMOTO, (1997, p. 14).



De acordo com Machado (1999) é indiscutível a intervenção do Serviço Social quando se trata das desigualdades sociais, ou da questão social e se ha manifestação da desigualdade, a luta pelos direitos sociais e de cidadania o assistente social deve trabalhar para que essa desigualdade seja minimizada. Mediante as várias expressões da questão social é que surgem as políticas sociais, as quais os assistentes sociais utilizam para reverter as demais situações de desigualdades existentes na sociedade.

Com o processo de reconstrução do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil nas décadas de 1980 se buscou um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira. (Paulo Neto, 1999).

No curso de Serviço Social as teorias e metodologias são fundamentos para que os assistentes sociais desenvolvam sua prática de forma coerente e objetiva, assim como diretrizes, leis e programas sociais. Absorvendo estes itens, o assistente social poderá realizar sua prática de maneira competente e autônoma. Essa autonomia está prevista no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), e que pressupõe o compromisso ético, elemento fundamental para o Serviço Social. O Código estabelece os seguintes princípios fundamentais:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas á garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;

- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Iamamoto (1997, p. 14) afirma que “[...] a tarefa do Assistente Social é não só decifrar as formas e expressões da questão social na contemporaneidade, mas atribuir transparência as iniciativas voltadas a sua reversão e/ou enfrentamento.”

De acordo com Gil (2005) o Serviço Social trabalha, principalmente, com aspectos qualitativos, critérios de valor e comportamento. Atua com o ser humano em suas generalidades. Atua na objetividade da ação que se transforma e se recria a cada nova situação. Por tudo isso, torna-se difícil prever e dimensionar a sua atuação, embora seja possível e necessário o levantamento de indicadores que possibilitem mediar seus avanços e retrocessos.

A atuação do profissional do Serviço Social está diretamente ligada à conjuntura econômica e tem que atuar nas mais diferentes expressões da questão social, sendo uma delas a educação superior. Deve lutar contra as desigualdades raciais e criar medidas que vão desde a adoção de políticas de ação afirmativa até programas que beneficiem grande parte da população.

Devido à amplitude e a importância do seu objeto de estudo e da prática, o Serviço Social está presente em diversas áreas e locais. Em alguns, sua presença já está consolidada e o profissional se faz indispensável. Em outros, ainda é preciso pesquisa, discussão e mobilização da categoria para a elucidação da importância do papel e da presença do Assistente Social. Além disso, novos campos ainda podem surgir. Como já foi dito anteriormente, o Serviço Social é uma profissão construída no cotidiano. Entre os campos de atuação profissional do Serviço Social, pode-se citar: Educação: é um campo da maior importância para o trabalho preventivo. Uma luta que deve ser travada pelos profissionais para a concretização deste campo, visando o ideal da presença de um profissional em cada escola. (GIL; GAYOTO, 2005, p. 35)

A diversidade das questões sociais torna necessária a formação de um profissional do Serviço Social que pesquise, discuta, se mobilize e que atue, principalmente em relação a discriminação, seja educando e mostrando para a população que, além de ser crime, o preconceito é um sentimento irracional e infundado, seja lutando para reduzir as desigualdades e garantir a todos os direitos constantes na Constituição Federal, independente

da origem, raça, sexo, idade ou cor, buscando sempre tornar a sociedade mais justa, humana, solidária.

Vários são os documentos que respaldam a intervenção do Assistente Social, frente às desigualdades sociais, como o projeto ético-político, as diretrizes curriculares, lei de regulamentação da profissão, que se condensam em um sentido único, de viabilização de direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa desenvolvida e com a fundamentação teórica utilizada, observamos que a questão da discriminação racial vem ocorrendo, no Brasil, desde os tempos do descobrimento e a resistência contra essa discriminação desde a chegada dos primeiros escravos.

Diferente do que se possa pensar, a questão é atual e influencia de forma negativa o cotidiano de grande parte da população negra, fazendo com que essa população esteja entre os menos alfabetizados. É essa população que compõe a grande maioria da pobreza, que é a mais atingida pela violência urbana e também pela violência policial; além disso, compõe a maioria da população desempregada e, quando trabalha, ganha salários menores do que a população auto-definida como “branca”.

Vista como instrumento para ascensão e integração social, a educação é uma das maiores bandeiras de luta dos movimentos negros, pois permite também a consciência e organização necessárias para buscar direitos sociais e políticos. Apesar dessa luta pela garantia desse direito, a desigualdade é alarmante. Observando dois extremos, verificamos que a taxa de analfabetismo é três vezes maior entre os negros e brancos. Apesar de os primeiros representarem aproximadamente 50% da população total, apenas de 2% dos alunos negros estão presentes na educação superior.

As ações afirmativas têm buscado minimizar essas diferenças. Um dos exemplos de ação afirmativa que foi muito questionada, principalmente no início da sua implantação, a política de reserva de cotas para negros têm sido um dos caminhos de acesso dessa população para a educação superior. Apesar da resistência ainda ser grande, as experiências brasileiras na educação superior estão derrubando alguns mitos, como o de que o desempenho dos alunos cotistas seria inferior ao dos não cotistas, e trazendo informações que mostram a carga e a força dessa discriminação histórica, que leva os alunos cotistas a buscarem cursos menos “elitizados”.

As ações afirmativas propostas pelo governo e as ações realizadas pela sociedade civil organizada têm diminuído a distância da população negra da educação superior. Esse é o caso do Instituto Luther King, que oferece ensino preparatório para o vestibular e reforço escolar para o ensino médio para a população carente e às minorias sociais, como os afro-descendentes, de forma inteiramente gratuita. O Instituto, por meio de parcerias que oferecem

descontos, busca permitir o acesso dos seus alunos a algumas IES privadas, sendo uma delas a UCDB.

Ao iniciarmos as entrevistas com os alunos ocorreu uma primeira descoberta inesperada: mesmo a maioria dos alunos no cursinho preparatório para o vestibular sendo afro-descendentes, os alunos brancos oriundos do ILK que estudam na UCDB são maioria. Essa informação vem ao encontro da informação citada no trabalho sobre as diferenças de IDH dos brancos e negros e reforça o fato de que, além da classe socioeconômica, a cor influencia a vida da população.

As entrevistas, tanto com os alunos quanto com a ex-coordenadora, revelaram também a importância da bolsa de estudos para os alunos e a maioria é categórica em afirmar que sem essa ajuda não estariam na educação superior. Os alunos provenientes do Instituto são de classe socioeconômica mais baixa e precisa trabalhar, seja para ajudar ou para sustentar a família. Como os cursos das IES públicas são, em sua maioria, diurnos, a opção desses alunos acaba sendo os cursos noturnos, pois a maioria trabalha em tempo integral.

A maior dificuldade revelada nas entrevistas tem relação direta com o fator socioeconômico. Os alunos, mesmo tendo o desconto na mensalidade, encontram dificuldades em relação à aquisição de material didático e pedagógico, como livros, fotocópias, e acesso a internet. Grande parte dos entrevistados revela que não comprou nenhum livro e alguns utilizam materiais emprestados dos colegas para conseguir estudar.

Contrariando um dos mitos levantados em relação à política de cotas de que a educação básica em escolas públicas teria qualidade inferior e atrapalharia o desempenho dos alunos na educação superior, quase todos os entrevistados afirmam que não encontram nenhuma dificuldade para acompanhar as aulas. Eles ainda destacaram que a classificação no vestibular foi muito boa, com alunos se classificando em segundo lugar e sétimo lugar. Apenas uma aluna enfrenta dificuldades para acompanhar, mas está relacionada a questão tempo para estudar e não ao ensino recebido na educação básica.

O trabalho mostrou que as expectativas dos alunos em relação a sua vida por estarem matriculados em um curso superior são muito boas e que, o que antes era um sonho distante, hoje está próximo de se tornar uma realidade. Todos afirmam que as bolsas oferecidas pela UCDB são fundamentais para a conquista desse sonho; sem essas bolsas, o sonho ficaria adiado ou simplesmente deixado de lado.

As informações apresentadas cumprem o objetivo proposto no início do trabalho e demonstra a importância do trabalho do Assistente Social na luta pelos direitos sociais e de

cidadania. Luta esta que deve continuar até que as desigualdades raciais e sociais sejam eliminadas, tornando a sociedade mais justa e humana.

## REFERÊNCIAS

- A AMEAÇA DAS COTAS. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 3 de junho de 2004, p. A2.
- AÇÕES VISAM A PERMANÊNCIA DE ALUNOS NEGROS NA UNIVERSIDADE. *Jornal O Tempo*. 27 de julho de 2005.
- ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. Critério Brasil 2008. Disponível em [www.abep.org](http://www.abep.org), acesso em 12/11/2008
- ABESS/CEDEPSS. *Proposta básica para o projeto de formação profissional*. Serviço Social & Sociedade, XVII (50): 143-71. São Paulo, Cortez, abr. 1996. Disponível em <http://www.ssevista.uel.br/n1v2.pdf#page=39>. Acesso em 01/06/2008
- BALDIJÃO, Carlos Eduardo. *A proposta de reserva de vagas nas universidades federais para alunos advindos das escolas públicas*. <http://www.pt.org.br/assessor/educacao.htm>. Publicado em setembro de 2003. Acesso em 09/08/2006
- BITTAR, Mariluce et alii. *Política de cotas para Negros na Educação Superior – estratégia de acesso e permanência*. Projeto de Pesquisa apoiado pelo CNPq e Fundect. Campo Grande: UCDB.
- BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. *Educar em Revista*. UFPR, v. 28, p. 141-160, 2006.
- BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, Aretha Fagundes de; GAMA, Simone Moraes da. *Inclusão do negro na educação superior: análise do processo de acesso e permanência*. UCDB, Julho de 2008.
- BITTAR, Mariluce; GAMA, Simone Moraes da. *Políticas de cotas para negros na educação superior: análise do processo de acesso e permanência*. Campo Grande: UCDB.2007
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho? *Coleção polêmicas do nosso tempo*. Campinas, SP: Autores Associados, 92, 2005.
- BRANDÃO, Rita; JOSÉ FILHO, Mario. Uma reavaliação do contexto social atual e da instrumentalidade do serviço social. *Serviço Social e Realidade*. Franca:UNESP, 2002.
- CARVALHO, José Jorge de. A pós-graduação está esclerosada. *Folha de São Paulo*, 21 de julho de 2003.
- CASTRO, Luciane Andreatta de; SIQUEIRA, Eranir Martins. *Ações afirmativas na educação superior brasileira: uma questão em análise*. UCDB, 27 de Agosto de 2007. Disponível em [www.rededesaberes.org/eventos/anais/trabalhos\\_completos.htm](http://www.rededesaberes.org/eventos/anais/trabalhos_completos.htm), acesso em 09/08/2008.
- COLLUCCI, Cláudia; MENA, Fernanda. *Projeto de cota não garante acesso democrático*. Folha de São Paulo. Caderno Cotidiano, 29 de maio de 2004.

COM BOA NOTA, COTISTA PRECISA DE RECURSOS. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 13 de dezembro de 2004, p.C1.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Brasília/DF: 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br>, acesso em 05/06/2008

COTAS DA POLÊMICA. *Jornal de Brasília*. Caderno Educação, 25 de setembro de 2006.

DEBATES SOCIAIS. *Documento de Araxá*. Rio de Janeiro, no. 4, maio 1967. Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf#page=39>. Acesso em 05/02/2008

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, nº 29, 2005. p. 164-176.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES-BR. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 03/07/2005.

GENTILI, Pablo. Cotas, que cotas? In *Boletim de Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: UERJ. Junho/setembro, 2002.

GIL, Luiz Albino Blumer; GAYOTTO, Dejanira Luiza Mattos Garcia. Serviço social: que profissão é essa? *Revista Científica do IMAPES* - Maio de 2005, p. 58-62. Disponível em <http://www.imapes.br/site/imapes/revista/revista2005.pdf>, acesso em 05/03/2008

GODOY, Denyse. *Negros têm só 3,5% dos cargos de chefia*. Folha de São Paulo, onze de maio de 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u400738.shtml>, acesso em 01/06/2008.

GOMES, Nilma Lino. Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). *Educação e ações afirmativas* - entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, INEP, 2003. p. 234-235.

GONÇALVES, L.A. Os negros e educação no Brasil. In LOPES, E.M. et.al. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HEIDRICH, Andréa Valente. Transformações no estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 5, ano V, nov. 2006. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fabio/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1019/799>, Acesso em 03/08/2008

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Universidade Cândido Mendes - Cadernos de Saúde Pública (suplemento), vol. 18. Rio de Janeiro: 2002, p. 57-67.

HOFLING, Eloísa de Matos. Estado e Políticas (Publicas) Sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622001000300003&script=sci\\_arttext&tlng=e](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622001000300003&script=sci_arttext&tlng=e), Acesso em 05/08/2008.



IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997. Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf#page=39>. Acesso em 01/09/2008

INSTITUTO MARTIN LUTHER KING: Ensino, Pesquisa e Ações Afirmativas - Estatuto. Disponível em <http://www.lutherking.com.br/estatuto.php>, acesso em 03/03/2008.

JORNAL DO SENADO ONLINE. <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 29/06/2007

LEME, Leocária P. *Sem a UEMS, o interior seria outro*. Correio do Estado. Campo Grande, 27 de julho de 2003.

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social. Lei 8742, de 07/12/1993. Disponível em <http://www.rebidia.org.br/noticias/social/loas.html>, acesso em 27/04/2008

LDB – Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>, acesso em 27/04/2008

MACHADO, Ednéia Maria. *Questão social: objeto do serviço social?* Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Serviço Social em Revista. Vol. 2, Nº 1, p. 39-47, Jul-Dez 1999. Disponível em [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v2n1\\_quest.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_quest.htm), acesso em 05/10/2008

MARQUES, E. P. S. ; BITTAR, M. *Reforma Universitária e Inclusão Social: uma análise do Programa Universidade Para Todos - PROUNI e a inserção de negros da universidade*. In: MONTEIRO, Filomena Maria de Arruda; Müller, Maria Lúcia Rodrigues. (Org.). Educação na Interface da Relação Estado/ Sociedade. Cuabá - MT: Editora UFMT, 2006, v. 1, p. 49-61.

MARTINS, Valdete de Barros. *Política social - concepção natureza e desenvolvimento*. Disciplina Política Social I, UCDB: Curso de Serviço Social, 2007.

NASCIMENTO, Alexandre. *Das ações afirmativas dos Movimentos sociais as políticas públicas de ação afirmativa: O movimento dos cursos pré-vestibulares*. Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais - NPMS-ISSN 1982-4602.

PAULO NETTO, José. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. CFESS-ABEPSS-CEAD-UNB, Brasília: Módulo 01, 1999, p. 93-108. Disponível em [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf), acesso em 13/11/2008

PIOVESAN, F. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, S.A. (org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. *Universidade e Desigualdade: brancos e negros no ensino superior*. Brasília: Liber Livros, 2004.

REIS, Dyane Brito. *Acesso e Permanência de Negros (as) no Ensino Superior: o caso da UFBA*. In: Acesso e Permanência da população negra no ensino superior / Maria Auxiliadora Lopes e Maria Lúcia de Santana Braga, organização. – Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007. 358 p. (Coleção Educação para Todos; v. 30)

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ, v. 4, n. 1, 1996. [Seção: Dossiê Ação Afirmativa]

SALGUEIRO, Paulo Fabio; OLIVEIRA, Inês Barbosa. Os pré-vestibulares para negros e carentes e políticas de ações afirmativas. In: *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*. Junho de 2006. Disponível em <http://www.ltds.ufrj.br/gis/>, acesso em 13/06/2008

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno, Coord. *Estatísticas dos Professores no Brasil* – Rio de Janeiro: Inep, 2003. Disponível em <http://www.inep.gov.br/estatisticas/professor2003/>, acesso em 15/04/2008.

SÃO PAULO TERÁ UNIVERSIDADE COM RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NO ANO QUE VEM. *Folha de São Paulo*. Disponível em <http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 25.07.2006.

SERRA, Rose Mary Sousa. A Questão Social Hoje. In: *Revista Ser Social - Questão Social e Serviço Social*. Vol. 6, Jan-Jun/2000. UNB, 2000.

TAXA DE POBREZA É MAIS ALTA ENTRE NEGROS. *Folha de São Paulo*. 30 de junho de 2003, p. C-3. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u77642.shtml>, acesso em 25.07.2006.

**ANEXOS**

**ANEXO I**  
**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO-UCDB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Pesquisa sobre: “Quais as dificuldades encontradas pelos alunos negros oriundos do Instituto Luther King, na Universidade Católica Dom Bosco”

O que representa a experiência de ter estudado no Instituto Luther King?

---

---

Você teve alguma vantagem ao entrar na UCDB, sendo oriundo do Instituto Luther King?

---

---

Você encontra alguma dificuldade para permanecer na Universidade? Quais são?

---

---

Quais apoios e projetos a UCDB oferece a você, para contribuir para a sua permanência aqui?

---

---

Você recebe algum tipo de auxílio da UCDB? Monitoria, Iniciação científica, Projetos de extensão, Pesquisa, Coral, etc.?

---

---

Sem a bolsa de estudos você estaria fazendo o curso superior?

---

---

Você consegue comprar os livros e tirarem as xérox indicadas pelos professores? E o acesso a internet, você o faz na Universidade?

---

---

Você trabalha para se manter na Universidade?

---

---

O que representa, para você, estar matriculado num curso superior? Quais são as suas expectativas?

---

---

Ao longo de sua vida escolar, você sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito? Qual?

---

---

**ANEXO II**

**ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA COM EX-COORDENADORA DO INSTITUTO LUTHER KING**

## **Roteiro de perguntas para entrevista com Ex-coordenadora do Instituto Luther King**

1. Como e quando foi criado o Instituto?
2. Como surgiu a idéia de criação do Instituto?
3. Quais os principais objetivos definidos na criação do Instituto Luther King? qual foi a necessidade de sua criação?
4. Qual a política institucional adotada? Quais são as principais ações do Instituto?
5. Quais as formas de aceitação de um aluno? Critérios de seleção.
6. Quantos alunos o Instituto atende anualmente?
7. Do ponto de vista financeiro, como o Instituto sobrevive?
6. Como se consolidou a parceria com a UCDB? No que consiste essa parceria?
8. Os alunos oriundos do Instituto conseguem concluir o curso superior? Quais são os maiores problemas enfrentados por eles?
9. Como o Instituto acompanha esses alunos? Ou depois que o aluno ingressa em um curso superior o Instituto não o acompanha mais?

**ANEXO III**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu \_\_\_\_\_  
 Portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_, residente à Rua \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_  
 Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_, concordo em  
 conceder entrevista às pesquisadoras Aretha Fagundes de Oliveira e Simone Moraes da Gama,  
 que investigam “A inclusão do negro na educação superior”, para o Trabalho de Conclusão de  
 Curso de Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Mariluce Bittar. Fui  
 informado (a) que os dados coletados na entrevista serão analisados e apresentados na forma  
 de pesquisa científica e que minha identificação pessoal será preservada.

Ao participar deste estudo fui esclarecido (a) e estou ciente que:

- a) Caso não me sinta a vontade para responder qualquer questão, posso deixar de respondê-la, sem que isto implique em prejuízo;
- b) As informações que fornecerei, poderão ser utilizadas, para trabalhos científicos e minha identificação deve ser mantida sob sigilo;
- c) Minha participação é inteiramente voluntária, e não fui objeto de nenhum tipo de pressão;
- d) Tenho liberdade para desistir de participar, em qualquer momento, da entrevista;
- e) Caso precise entrar em contato com o (a) pesquisado (a), estou ciente de que posso fazê-lo por meio do e-mail [simonemgt@hotmail.com](mailto:simonemgt@hotmail.com), [arethacomth@hotmail.com](mailto:arethacomth@hotmail.com) ou [bittar@ucdb.br](mailto:bittar@ucdb.br)

Campo Grande,..... de.....de 2008.

\_\_\_\_\_  
 Sujeito da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
 Pesquisador (a)

\_\_\_\_\_  
 Orientador